UM OUTRO ROUSSEAU

Por Alain de Benoist.

Traduzido pelo Google Tradutor.

Exatamente um século atrás, em 11 de junho de 1912, Maurice Barrès fez um discurso na Câmara dos Deputados no qual denunciou solenemente a comemoração nacional do bicentenário do nascimento de Jean-Jacques Rousseau, um autor que ele, no entanto, estimava e celebrava em sua juventude. O Contrato Social, ele diria mais tarde, é "profundamente imbecil" e seu autor um "meio louco". No século anterior, Joseph de Maistre, para citar apenas um, já havia dado o tom ao declarar que Rousseau "não se expressa claramente sobre nada" e que todos os seus escritos são "desprezíveis". Charles Maurras, da mesma forma, nunca deixará de atacar o "miserável Rousseau".

Modelo do "príncipe das nuvens" aos olhos dos contra-revolucionários, Rousseau também não encontrará graça aos olhos dos liberais, que veem nele a inspiração para a parte mais questionável da Revolução Francesa. Essa assimilação se baseia na popularidade do Contrato Social entre os revolucionários e na transferência solene das cinzas de seu autor para o Panteão em 15 de outubro de 1794. Mas diz mais sobre a influência da Revolução na interpretação de Rousseau do que sobre a influência de Rousseau na Revolução.

Os escritos autobiográficos de Rousseau, as Confissões e os Devaneios, bem como La Nouvelle Héloïse, darão origem a outras críticas. Desta vez, atacaremos a sensibilidade “feminina” e o “exibicionismo doentio”> Jules Lemaître falou do “horrível sentimentalismo” destas obras, apresentadas ora como de inspiração romântica antes da carta, ora como enaltecendo um “retorno à natureza” suspeito de “panteísmo”.

Em suma, durante dois séculos, e até três, já que inúmeros acontecimentos nos lembram que celebramos hoje o tricentenário do seu nascimento, Rousseau não deixou de ser convocado para o tribunal da história. Todos concordam que ele tem um lugar essencial na história das ideias, e ainda assim aqueles que o criticam, reduzindo-o a fórmulas prontas (o "bom selvagem", o "homem naturalmente bom", etc.), raramente o leram. A prova é que é comumente assimilado à filosofia do Iluminismo, que rejeita expressamente.

Mas vamos começar do começo. Jean-Jacques Rousseau nasceu em Genebra em 28 de junho de 1712. Em 1742, ele foi a Paris para apresentar um sistema de notação musical criptografada à Academia de Ciências, que o rejeitou. Dois anos mais tarde, depois de ter sido secretário do embaixador francês em Veneza durante alguns meses, regressou a Paris, onde começa a frequentar salões. Foi lá que ele conheceu os "filósofos", ou seja, os enciclopedistas. Mas ele rapidamente se vê em oposição a eles. Ele rompeu sucessivamente com Condillac, com Jean le Rond d'Alembert e até mesmo com Diderot, o editor da Enciclopédia, que, no entanto, era seu amigo. Ele é igualmente crítico de Condorcet, D'Holbach e Helvétius. Quanto a Voltaire, ele logo se tornará seu pior inimigo.

Quando em 1749 participou do concurso aberto pela Academia de Dijon sobre o tema "Se o restabelecimento das ciências e das artes contribuiu para a purificação dos costumes" (ganhou o primeiro prêmio), respondeu enfaticamente que não. Sua conclusão é que as ciências, as letras e as artes contribuíram acima de tudo para a "corrupção da moral", e que

seu chamado "progresso" resultou em toda parte num rebaixamento da moralidade: "Nossas almas se corromperam à medida que nossas ciências e nossas artes avançaram para a perfeição". Tomar tal posição, escreve Frédéric Lefebvre, "já era se voltar contra a Corte e os salões, contra a polidez, a urbanidade, a civilidade, a propriedade, o humor, o bom gosto, o ridículo, as aparências em vez da realidade, o parecer em vez de ser, enfim, tudo o que se pode chamar de resumo da sociedade da polidez, que forma um sistema com luxo, desigualdade extrema, riqueza e miséria, ambição, dinheiro".

Acima de tudo, foi um ataque radical à ideologia do progresso, que sustenta todo o projeto iluminista. Pois, na disputa entre os Antigos e os Modernos, Rousseau está inequivocamente do lado dos primeiros.

Desde a infância, aliás, ele admirava sobretudo a República Romana ("Aos doze anos, eu era romano"), e é à Antiguidade que ele se refere em toda a sua obra para exaltar a cidadania, a virtude antiga e a pátria. "Constantemente ocupado com Roma e Atenas", escreveu ele em suas Confissões, "vivendo, por assim dizer, com seus grandes homens, nascido cidadão de uma República e filho de um pai cujo amor pela pátria era a paixão mais forte, fiquei inflamado por seu exemplo; pensei que era grego ou romano." "Quando lemos a história antiga", ele repetia, "acreditamos que somos transportados para outro universo e entre outros seres. O que os franceses, os ingleses, os russos têm em comum com os romanos e os gregos? [...] As almas fortes destes parecem aos outros exageros da história. Como poderiam eles, que se sentem tão pequenos, pensar que existiram homens tão grandes? No entanto, eles existiram >>> (Considerações sobre o governo da Polônia).

O Iluminismo viu no desenvolvimento do comércio um meio não apenas de aumentar a riqueza, mas também de eliminar a guerra: a negociação interessada, lucrativa para todos, substituiria gradualmente o confronto armado. Rousseau, ao contrário, denuncia a corrupção e os artifícios das sociedades voltadas para o comércio e assegura que à economia de produção, que está apegada ao lucro e faz do dinheiro a força motriz da sociedade, é melhor preferir a economia de subsistência, que consome apenas o que produz. É por isso que ele elogia a agricultura, convencido de que o gosto pela terra se une ao conhecimento da pátria: "O melhor motivo para um governo é o amor à pátria, e esse amor se cultiva nos campos".

Da mesma forma, no grande debate sobre o luxo que agitou todo o século XVIII, Rousseau apresentou-se fortemente como um adversário da corrupção engendrada pelo luxo, no exato momento em que os "filósofos" o defendiam ruidosamente. O luxo <<< corrompe tanto os ricos como os pobres, uns pela posse, outros pela cobiça; ele vende a pátria à suavidade e à vaidade.” No plano econômico, ele defende, portanto, a moderação: <<< Que nenhum cidadão seja tão opulento a ponto de poder comprar outro, e ninguém tão pobre a ponto de ser forçado a se vender [...] Não sofras nem os opulentos nem os mendigos. Esses dois estados, naturalmente inseparáveis, são igualmente prejudiciais ao bem comum >> (Contrato Social).

Em oposição direta à tese de Bernard Mandeville (A Fábula das Abelhas, 1714), segundo a qual a busca egoísta do lucro individual paradoxalmente leva à felicidade de todos "porque para dois homens cujos interesses estão de acordo, talvez cem mil se oponham a eles, e não há outro caminho para ter sucesso senão enganar ou destruir todas essas pessoas" -

Rousseau rejeita a ideia de uma harmonia social espontânea resultante do livre confronto de interesses. "Longe de o interesse particular estar aliado ao bem geral", escreveu ele, "eles se excluem na ordem natural das coisas". Para ele, as trocas econômicas só unem as pessoas ao colocá-las umas contra as outras. Rejeitando a ideia de uma base econômica para a sociedade, Rousseau mantém uma base estritamente política e, ao contrário dos fisiocratas e dos filósofos do Iluminismo, afirma firmemente a necessária subordinação da economia à política.

Mas há ainda outra área onde o pensamento de Rousseau está em oposição direta ao do Iluminismo. Esta é a questão do "cosmopolitismo".

Montesquieu disse que ele era "necessariamente um homem", enquanto ele era "francês apenas por acaso". Mably afirmou que o "amor à humanidade" era uma "virtude superior ao amor à pátria". Turgot, Condorcet, Voltaire, Diderot se consideravam os principais responsáveis por "esclarecer a raça humana". Rousseau tem uma opinião completamente diferente. Desde o primeiro Discurso (1755), ele condena o universalismo com clareza crescente. Observando que "quanto mais o vínculo social se estende, mais ele se afrouxa", ele não hesita em acusar "aqueles chamados cosmopolitas que, justificando seu amor à pátria com seu amor à raça humana, se gabam de amar a todos para ter o direito de não amar ninguém".

Aqui, novamente, ele raciocina como um teórico político. No Manuscrito de Genebra, a primeira versão do Contrato Social, ele explica detalhadamente por que não acredita na possibilidade de estabelecer uma "sociedade geral da raça humana". Em seu sistema, a vontade geral é geral apenas para os membros de uma mesma sociedade política; é particular para outros estados. Conhecemos esta famosa fórmula, enunciada no Emílio: "Devemos escolher entre fazer um homem ou um cidadão: porque não podemos fazer os dois ao mesmo tempo." Para Rousseau, "só começamos a nos tornar homens depois de termos sido cidadãos"!

É essa convicção de que a cidadania não tem nada a ver com pertencer à raça humana que leva o cidadão de Genebra a escrever, no início do Emílio, estas frases surpreendentes: << Todo patriota é duro com os estrangeiros; Eles são apenas homens, não são nada aos seus olhos. Essa desvantagem é inevitável, mas é pequena. O principal é estar bom para as pessoas com quem se convive [...] Cuidado com esses cosmopolitas que vão longe procurar em seus livros deveres que desdenham cumprir ao seu redor >>.

Considerações semelhantes serão encontradas mais tarde em seus projetos de constituições para a Córsega e a Polônia. Aos corsos, Rousseau nos lembra que "todo povo tem ou deve ter um caráter nacional" e que, "se lhe faltasse, deveríamos começar por dá-lo a eles". Ele deduz disso que "o direito de cidadania não pode ser dado a nenhum estrangeiro, exceto uma vez a cada cinquenta anos, a um único, se ele se apresentar e for julgado digno dela, ou o mais digno entre aqueles que se apresentarem". Aos poloneses, ele explica que o essencial é confirmar "uma fisionomia nacional que os distinga dos outros povos, que os impeça de se misturarem, de agradarem uns aos outros, de formarem alianças entre si" e que lhes dê uma "repugnância natural à mistura com estrangeiros". Ele acrescenta que, ao contrário do "provérbio execrável" segundo o qual "a pátria está onde a pessoa se sente bem", é preciso proclamar exatamente o oposto: Ubi patria, ibi bene.

Mas então, como devemos entender o tema do contrato social? E os "devaneios" sobre o estado de natureza? O homem “naturalmente bom”?

O ponto de partida do raciocínio de Rousseau reside inteiramente na observação de que na sociedade moderna o homem é perverso e infeliz. << Agora, como escreve Pierre Manent, não é natural que o homem seja mau e infeliz. Esta sociedade é, portanto, antinatural >>. É importante então saber como o homem moderno foi "desnaturado". Esta é a grande preocupação de Rousseau.

A sociedade que Rousseau observa testemunha uma alienação generalizada, que inspira as primeiras páginas do Contrato Social: "O homem nasce livre e, por toda parte, está acorrentado. Aquele que se julga senhor dos outros, permanece, no entanto, mais escravo do que eles". A primeira frase é a mais citada, mas a segunda é a mais interessante. Rousseau não se limita a denunciar aqueles que exercem a dominação social; afirma imediatamente que são tão "escravos" quanto aqueles que escravizam. De forma reveladora, e embora fosse claramente um oponente das hierarquias do Antigo Regime, Rousseau não concentra seus ataques no absolutismo real. Observador perspicaz, ele percebeu (e nisso estava muito à frente de seu tempo) que o que agora governa o mundo é a "opinião". A opinião é uma autoridade sem órgão, sem local específico de exercício, mas cuja influência se manifesta em toda parte. Ora, a opinião é, antes de tudo, desigualdade, isto é, uma distorção patológica das relações sociais.

Mas ainda precisamos concordar com essa crítica à desigualdade. Em Rousseau, a valorização da igualdade não se confunde de modo algum com a afirmação da igualdade de natureza de todos os homens. Em vez disso, assume a forma de um apelo a uma espécie de reciprocidade entre indivíduos, bastante próxima do sistema de dádiva e contradádiva. Longe de defender um igualitarismo nivelador, Rousseau enfatiza a necessidade de recompensar os serviços prestados ao país pelo seu valor justo. Ele não quer abolir toda hierarquia, mas basear as distinções sociais na utilidade comum.

Nisto, Rousseau demonstra mais uma vez tudo o que o distingue do Iluminismo. Enquanto estes últimos elogiam constantemente a sociedade civil em oposição ao Estado, porque acreditam que a sociedade civil permite aos indivíduos concretizarem a sua liberdade ao se retirar do poder político e cada um se tornar a fonte das ações que julga mais conformes aos seus interesses (não tendo o Estado outra coisa a fazer senão garantir essa liberdade), Rousseau, ao contrário, empreende uma crítica radical dessa mesma sociedade civil, onde se impõe o tipo do "burguês", esse homem que dissocia radicalmente o seu próprio bem do bem comum e que, para atingir o seu próprio bem, procura tirar o máximo proveito da exploração dos outros.

A grande força motriz da sociedade burguesa, aos olhos de Rousseau, é a preocupação de se comparar para parecer melhor. Aqui é necessária uma distinção fundamental entre amor de si e amor-próprio, "duas paixões muito diferentes em sua natureza e em seus efeitos". O amor próprio é completamente natural; Está relacionada ao instinto de autopreservação e tende a estabelecer relações justas de "compromisso mútuo" entre os homens. O espírito social representa uma extensão disso. O amor de si, por outro lado, é estimulado principalmente por uma comparação constante de si mesmo com os outros, motivada pelo

desejo de aparecer e ser bem visto. Relacionando-se tanto com o orgulho quanto com a vaidade, é fonte de destruição do vínculo social, fonte dessa guerra permanente de todos contra todos que o liberalismo enaltece, assimilando-a a uma "concorrência" benéfica.

Certamente, assim como Hobbes, a quem ele critica tão radicalmente em outros lugares, Rousseau, sem dúvida, comete o erro de não acreditar na sociabilidade natural do homem. Mas é justamente porque ele não concebe os homens como naturalmente sociais que ele afirma sua convicção de que uma sociedade que mantivesse essa característica natural estaria condenada à impotência e à divisão. Numa sociedade assim, disse ele, ninguém poderia ser moral, sincero ou mesmo seguro. Rousseau, portanto, exige que os indivíduos sejam "desnaturados", isto é, removidos do individualismo e transformados em cidadãos patriotas, virtuosos e desinteressados, amando sua cidade mais do que a si mesmos e buscando a virtude em vez de seus próprios interesses.

O que ele quer é determinar os meios pelos quais o indivíduo pode libertar-se do seu egoísmo para se identificar com o todo social, sem renunciar à sua liberdade: "Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, unindo-se a todos, não obstante obedeça apenas a si mesmo, e permaneça tão livre quanto antes." Esta é a razão do contrato social.

De fato, o que Rousseau, em seu Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens, chama de estado de natureza é um estado de simples potencialidade no qual a perfectibilidade humana dorme. Essa noção de perfectibilidade é essencial, porque é ela que assegura a mediação entre natureza e cultura. Não tem conteúdo próprio, mas permite que todas as outras faculdades se manifestem quando chegar a hora. Rousseau quer mostrar que o homem se constrói em grande medida, e que é nisso que ele se distingue dos animais. Os animais não têm história, enquanto o homem é construído historicamente. É da natureza humana dedicar-se à cultura e, como tal, à historicidade. O homem, em outras palavras, é um ser que nunca pode se limitar ao que é. Há nele uma capacidade de autotranscendência que não é encontrada em nenhuma outra espécie. "Perfectibilidade" nada mais é do que a faculdade de mudança que é específica da espécie humana.

Quanto à "bondade natural" do homem, ela não é de forma alguma uma qualidade moral, mas uma simples propensão — este "homem" ainda não é exatamente um, pois ainda não internalizou em sua consciência a existência de outros. Rousseau diz isso muito explicitamente: a própria humanidade só começa com o surgimento simultâneo da consciência dos outros, a distinção entre o bem e o mal e a possibilidade de agir livremente.

Não sendo em si mesmo o criador de uma ordem justa, o contrato social de Rousseau tem pouco a ver com o contrato dos contratualistas liberais. "O pacto social", podemos ler no Emílio, "é de uma natureza particular, e próprio somente dele, na medida em que o povo só contrata consigo mesmo: isto é, o povo como um corpo como soberano, com os indivíduos como súditos".

Essa ideia de um “povo como corpo e soberano” é, sem dúvida, a grande contribuição de Rousseau. Diferentemente de Diderot, para quem "retirar do povo o seu caráter de povo equivaleria a torná-lo melhor", Rousseau afirma que o povo é o único com direito de

governar, pois é o único sujeito político verdadeiro: "O poder legislativo pertence ao povo, e só a ele pode pertencer". O povo é então imediatamente estabelecido como a fonte primária da vida coletiva.

Enquanto os filósofos do Iluminismo sonhavam apenas em transpor as instituições inglesas para a França, Rousseau (que permaneceu em Londres em 1766) estava entre os críticos do sistema político britânico. No Contrato Social, ele ataca a "liberdade inglesa" e o sistema representativo: "O povo inglês pensa que é livre; ele está muito enganado, ele só se engana durante a eleição dos membros do Parlamento; assim que eles são eleitos, ele é um escravo, ele não é nada." É por isso que Rousseau apoia o mandato imperativo, que mantém permanentemente os governantes eleitos sob o controle de seus eleitores. O governo, em outras palavras, deve limitar-se a executar a vontade do povo: uma lei que não é ratificada pelo povo é nula. Essa crítica à representação será retomada por Carl Schmitt ("o mito da representação suprime o povo, assim como o individualismo suprime o indivíduo"). A única democracia autêntica é a democracia direta.

Rousseau afirma, portanto, que é identificando-se com a comunidade política à qual pertence que o cidadão poderá reconhecer o seu próprio bem no bem comum que a vontade geral almeja. É claro que "cada homem pode, como homem, ter uma vontade particular contrária ou diferente da vontade geral que ele tem como cidadão >>. Mas Rousseau então escreve: "Quem se recusar a obedecer à vontade geral será forçado a fazê-lo por todo o corpo, o que não significa nada além de que ele será forçado a ser livre."

Esta última fórmula tem sido muito criticada. Rousseau não quer dizer, contudo, que a liberdade individual deva ser suprimida, mas que devemos lutar contra as paixões pessoais que desviam o interesse comum e cultivar uma virtude que promova os laços sociais. A expressão "obrigar-se a ser livre" não evoca uma coerção de tipo totalitário, mas insere-se numa reflexão sobre as condições da liberdade e as da internalização das obrigações. Libertar é obrigar o indivíduo recalcitrante a cumprir sua parcela de deveres públicos, alcançando o autocontrole, porque a autonomia autêntica exige a submissão às normas comunitárias compartilhadas, ou seja, o respeito às regras que cada um estabeleceu para si mesmo.

Rousseau, assim como os gregos antigos, portanto, só concebe o homem como cidadão. Um bom cidadão é aquele que participa dos assuntos públicos como membro do povo, detentor do poder executivo. Um mau cidadão é aquele que procura colocar seus próprios interesses antes do bem comum e que usa os outros como meio para atingir esse fim. É por isso que Jean-Jacques condena facções, partidos e "grupos de interesse" específicos, porque sua existência faz com que as pessoas percam de vista o bem comum e dissolvem a vontade geral.

Sua concepção de vida social também é marcada por um certo organicismo. Em seu "Discurso sobre Economia Política", escrito em 1755 para a Enciclopédia, ele afirma que "o corpo político pode ser considerado um corpo organizado e vivo, semelhante ao de um homem". No entanto, ele também percebe que, diferentemente do corpo humano, a unidade do corpo político sempre permanece precária, porque interesses particulares ameaçam constantemente prevalecer sobre o bem comum. A harmonia social, portanto, só pode resultar da implementação da vontade política. Esta é a tarefa que cabe ao Legislador, que

Rousseau imagina seguindo o exemplo de Licurgo, Sólon ou Numa. O Legislador não deve ser visto como um demiurgo, mas como responsável por expressar a natureza social dos homens, transformando-os em "patriotas virtuosos". Para construir uma "alma nacional", é preciso uma educação pública que ensine aos cidadãos o que é seu país, sua história e suas leis, e que os faça amá-los a ponto de estarem sempre prontos para defender sua terra, seu povo e sua pátria.

Em 1778, Jean-Jacques Rousseau aceitou o convite do Marquês de Girardin para se hospedar no Parque Ermenonville. Ele chegou lá em 20 de maio, mas morreu em 20 de julho. Seus restos mortais só foram transferidos para Paris em 1794 para serem enterrados no Panteão... em frente a Voltaire!

Como Leo Strauss corretamente observou, Rousseau inaugura a segunda onda da modernidade (Maquiavel correspondendo à primeira, e Nietzsche à terceira). Prosador incomparável, teórico da primazia da política, opositor resoluto do Iluminismo, ao qual ainda insistimos em assimilar pela única razão de que também professava um ideal de emancipação individual e coletiva, ele não foi apenas um precursor do romantismo, ou mesmo do ecologismo, mas um dos verdadeiros fundadores da psicologia moderna e da sociologia crítica. É aqui que ele desafia todos os rótulos. Então, Rousseau é um revolucionário conservador? É hora de reabrir o caso.